

Economia popular e solidária, progressismo latino-americano e os desafios da instituição do comum a partir dos modos populares de reprodução da vida

Popular and solidarity economy, Latin American progressivism and the challenges of the institution of the common from the popular ways of reproduction of the life.

FLAVIA ALMEIDA PITA*

Resumo: Proponho-me a refletir, a partir da base teórica e da experiência empírica reunida em pesquisa e extensão pela Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual da Feira de Santana, sobre as políticas públicas brasileiras dirigidas à economia solidária, fazendo desta uma perspectiva para pensar o papel dos governos progressistas latino-americanos no contexto das lutas em torno da construção de um *além-capitalismo*. O *comum* é tomado como categoria agregadora das múltiplas faces que, na América Latina, assumem formas populares de reprodução da vida, reconhecendo-lhes uma potência disruptiva que, de regra, passa despercebida sob as lentes ajustadas sob o padrão eurocêntrico de análise. Reconhecer-lhe esta positividade, concludo, parece fundamental para o processo de construção de uma *outra* institucionalidade *comunitária*.

Palavras-chave: Economia popular, comum, economia solidária, brasil, progressismo latino-americano.

Abstract: I propose to reflect, from the theoretical basis and the empirical experience gathered in research and extension by the Incubator of Popular and Solidarity Economy Initiatives (Universidade Estadual de Feira de Santana, State of Bahia, Brazil) about

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Professora do Curso de Direito da Universidade Estadual de Feira de Santana; Procuradora do Estado da Bahia. Feira de Santana, Bahia, Brasil. Contacto: fpita@uefs.br. ORCID: 0000-0002-2342-2914.

brazilian solidarity economy policies, making it a perspective to think about the role of progressive Latin American governments, in the context of the struggles surrounding the construction of the *beyond-capitalism*. The *common* is taken as an aggregating category of the multiple faces that, in Latin America, assume popular forms of reproducing life, recognizing them as a disruptive power that, as a rule, goes unnoticed under the lens adjusted under the eurocentric pattern of analysis. Acknowledging this positivity, I conclude, seems fundamental to the process of building *another community* institutionality.

Keywords: Popular economy, common, solidarity economy, brasil, latin-american progressivism.

Introdução

As reflexões propostas neste texto partem de experiências vivenciadas na Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual da Feira de Santana – IEPS-UEFS, programa de pesquisa e extensão em que se enfatiza “a mobilização e fortalecimento das organizações sociais que trabalham de modo coletivo, cooperativo, associativo e autogestionário, considerando a economia popular e solidária enquanto movimento de economia política dos setores populares” (IEPS-UEFS, 2011). Em seu âmbito desenrolam-se, simultaneamente, diversos projetos em que se buscam respostas para os problemas e lutas das classes populares. A Incubadora da UEFS foi criada em 2008, dentro dos marcos iniciais da política pública voltada à Economia Solidária no Estado da Bahia, que repercutia a linha adotada nacionalmente desde o primeiro governo Lula. Desde então, após quatro mandatos do PT no governo federal, o fim precoce do governo Dilma Rousseff em razão de seu *impeachment* e, finalmente, a eleição de Jair Bolsonaro ao final de 2018, vivenciou-se uma radical mudança de cenário.

Não obstante os reveses macropolíticos, as nossas atividades de pesquisa e extensão seguiram em frente, assim como as lutas dos trabalhadores e trabalhadoras com quem dividimos nossos desafios. Elas nos têm exigindo, no entanto, uma intensa reflexão sobre esta quadra histórica e suas determinações, e oportunizado elementos importantes para a avaliação dos caminhos e apostas das lutas em torno da construção de um *além-capitalismo*.

Neste texto, proponho-me a apresentar parte desta reflexão teórica, amparada em nossas experiências de pesquisa participante (Brandão, 1984) com grupos populares de trabalho coletivo autogestionário do sertão baiano¹. Objetiva-se, com isso, somar aos

¹ Muito embora a palavra “sertão” possa ser usada como sinônimo do bioma encontrado especialmente no Nordeste brasileiro, caracterizado pelo clima semiárido, também denominado *caatinga*, este sentido é, de regra, transbordado de elementos culturais e históricos que a vinculam ao Brasil do “interior”, do não-litoral, por muito tempo também desconhecido, despovoado, atrasado (ver Antônio Filho, 2011 e Oliveira,

esforços que têm sido feitos para iluminar as vias de produção do *comum* – há séculos, razão de lutas, plenas de potência e fragilidade, na práxis da classe trabalhadora latino-americana, não obstante só nas últimas décadas tenham sido alvo de categorização acadêmica e de políticas públicas.

O *comum* é aqui tomado por nós como categoria agregadora da multiplicidade aberta desse *além*: nela cabem as alternativas que se contrapõem ao modo hegemônico de produzir e trabalhar, que combinam, mesmo que de forma parcial, tensa e contraditória, elementos como a coletivização e horizontalidade dos meios de produção, de sua gestão e da execução do trabalho, prioridade do valor de uso em detrimento da abstração alienante do valor de troca, prevalência do comunitário sobre o individual, da comunhão de esforços sobre a competitividade. Assumo, nesse sentido, com Lucia Linsalata (2015), que o *comum*, tanto quanto o capital, é uma *relação social*, produzida histórica e continuamente através de “*um articulado sistema de relaciones de colaboración, reciprocidade, ayuda mutua y responsabilidad recíproca*” (2015, p. 304), que se estabelecem pelo exercício repetido da deliberação e autodeterminação coletiva e tornam realidade a partir das lutas contínuas que constroem *comunidade* – seja num quilombo, numa favela, num assentamento do MST² ou em uma comunidade andina que luta contra a privatização da água (como a Cochabamba que inspirou a pesquisadora mexicana).

A exposição é desenvolvida em três etapas. Início pensando sobre o lugar que assumem, na América Latina, as formas de reprodução da vida que não se ajustam exatamente ao modelo da economia de mercado. Proponho que o tardio interesse da academia e do Estado sobre elas, não obstante sua sempiterna presença entre nós, indicia a necessidade de sua leitura a contrapelo, para reconhecer-lhes uma potência disruptiva que não é facilmente perceptível sob as lentes ajustadas sob o padrão eurocêntrico de análise. Em seguida, já agora tendo como foco as últimas décadas, marcadas pela ofensiva neoliberal, reflito sobre as lutas que a enfrentaram e a sua relação com a chamada *onda progressista* (Santos, 2018) latino-americana. Por fim, exploro as contradições e percalços da institucionalização de lógicas econômicas contra-hegemônicas, utilizando-me, para isso, de uma mirada sobre as políticas públicas de economia solidária no Brasil.

Nossa análise nos leva a evidenciar a importância que assume a tarefa de pôr às claras o sentido *positivo* que a peculiar história das classes populares latino-americanas assume na construção de uma *outra* institucionalidade *comunitária*.

2008). Feira de Santana, localizada a cerca de 100 km de Salvador da Bahia, é conhecida nacionalmente como “Princesa do Sertão” – muito embora o intenso processo de urbanização e industrialização vivenciado pelo município nas últimas seis décadas (ver Freitas, 2014) a tenham transformado no 34º município mais populoso do Brasil (IBGE cidades@, 2017).

² Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

1. Brasil, América Latina e as lutas pelo *comum*, contra a subsunção do trabalho ao capita

Somos um continente marcado pela colonização e pela escravidão. E isto tem reflexos, em especial, sobre a forma como trabalhamos e produzimos. Aqui se encontraram formas diferentes de reproduzir a vida, atravessadas pelo capitalismo europeu que fez deste encontro um modo peculiar de integrar o projeto moderno da sociedade de mercado: desenvolvendo, a partir da conquista das Américas, tecnologias de produção e de submissão dos seres humanos³ e a extensão mundial de mercados consumidores; tornando possível, com o ouro e a prata das américas e com a energia humana mal ou não remunerada, a acumulação primitiva que impulsionou esta mesma tecnologia de produção de massa (Marx, 2017, p. 821) moldando um jeito de se entender no mundo que parte da superioridade dos homens brancos (Quijano, 1992), tornando factível e durável uma distribuição do trabalho e das benesses do progresso que beneficia poucos e explora a maioria⁴.

Nas Américas – desde o sertão nordestino até a costa do pacífico, mesmo que com suas peculiaridades locais – os trabalhadores e trabalhadoras participam, há mais de seis séculos, da construção de um sistema-mundo (Wallerstein, 1974) que moldou um padrão para a relação entre o trabalho e o capital, a partir da ideia de um contrato entre pessoas livres, em que um dos lados põe à disposição do outro a sua energia, por tempo certo e em troca de um pagamento. Este foi um processo lento e violento – “gravado nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (Marx, 2017, p. 787) –, mas capaz de moldar as subjetividades em todo mundo, assim como as lutas daqueles e daquelas que se postam do lado explorado nesta equação. Os trabalhadores e trabalhadoras por toda parte do globo, especialmente desde o século XIX (quando o modelo atingiu a sua forma mais acabada), por meio de seus sindicatos e afins, também conquistaram, arduamente, *direitos trabalhistas*: limitação da jornada, do trabalho infantil, mecanismos de estabilidade laboral e previdência social, espaço para as mulheres – mesmo que, de outro modo, estas conquistas tenham funcionado como chancela dos mesmos(as) trabalhadores e trabalhadoras à uma suposta inescapabilidade da fórmula capitalista para o trabalho.

³ “Pois o que seria o tráfico de escravos e o sistema de plantations se não maciços experimentos em engenharia social e disciplina, produção em série, a sistematização da vida humana, a padronização de pessoas? Experimento estes que se mostraram mais rentáveis do que jamais sonhado por qualquer europeu” (Pratt, 1999, p. 74).

⁴ “Ao mesmo tempo que introduzia a escravidão infantil na Inglaterra, a indústria do algodão dava impulso para a transformação da economia escravista dos Estados Unidos, antes mais ou menos patriarcal, num sistema comercial de exploração. Em geral, a escravidão disfarçada dos assalariados na Europa necessitava, como pedestal, da escravidão *sans phrase* do Novo Mundo” (Marx, 2017, p. 829). A experiência colonial, assim, é um elemento importante do processo que tornou realidade uma “classe de trabalhadores que, por educação, tradição e hábito, reconhece as exigências desse modo de produção como leis naturais e evidentes em si mesmas” (Idem, p. 808).

No entanto, é bastante olhar para a realidade que nos rodeia, hoje e ontem, para constatar que esse padrão laboral, por mais que povoe o imaginário social e laboral na América Latina, nunca se instalou à vera por aqui. Como alerta Aníbal Quijano, na sua tentativa de compreender o presente a partir do passado,

[...] *Sin embargo, si existen 200 millones de esclavos, si la servidumbre personal está de regreso, si la pequeña producción mercantil es ubicua mundialmente, ya que es el elemento central de lo que se denomina "economía informal", si la reciprocidad, es decir, el intercambio de trabajo y fuerza de trabajo que no pasa por el mercado, están en proceso de re-expansión, entonces tenemos la obligación teórica e histórica de preguntarnos, si por lo tanto hay algo que no habíamos visto bien en esta idea de que el capitalismo generaba tal único patrón de clasificación social y creo que la conclusión es inevitable: esta idea era básicamente errónea porque nunca ocurrió así y porque, con toda probabilidad, nunca ocurrirá así. Y creo que América Latina es un excelente ejemplo para mostrar que así no fue nunca* (Quijano, 2013, p. 151).

Os *vaqueiros* do sertão nordestino, as *baianas* a vender seus quitutes pelas ruas de Salvador da Bahia, a velha senhora que oferece suas *tortillas* nas ruas do México, as empregadas domésticas, os meninos de recados que ganham seus trocados nas casas da pequena burguesia, vendedores de toda ordem pelas ruas e feiras da América Latina: eles e elas são exemplos eloquentes tanto do ontem quanto do hoje (do que Feira de Santana, aliás, é exemplo vivo, a começar pelo nome⁵). Mesmo considerando a onda de industrialização do século XX, é possível afirmar que as relações de trabalho correspondentes ao padrão da relação de emprego “formal”, “com carteira assinada”, jamais foram capazes – à exceção dos poucos e grandes centros urbanos do continente – de se tornar realidade para a parcela majoritária da população economicamente ativa⁶.

A árdua história dos trabalhadores e trabalhadoras dos continentes não-brancos, desde o início do processo colonizatório, tem sido, assim, também, a história de suas estratégias de luta pela reprodução da vida para além do regime de produção e acumulação da sociedade de mercado. Seja porque lhes cabem tão só os restos deste

⁵ A cidade nasce como uma feira, de onde retira seu nome. Tem-se notícia da feira, já no século XVIII, cujo início se relaciona às condições geográficas do local onde existia o povoado de Santana dos Olhos D'Água (especialmente a existência de diversos “olhos d'água” que matavam a sede do gado de passagem das “regiões do São Francisco, do sudoeste baiano, e até de outras províncias, como o Piauí, para Salvador e o recôncavo”. A Feira do Gado de Feira de Santana torna-se, desde o século XIX, a maior feira de gado e a maior feira livre do interior (Campos, 2009).

⁶ Para José Nun, no mesmo sentido, “*la miseria de los pueblos latinoamericanos se presenta como un hecho real y concreto y, sin embargo, constituye una abstracción que encubre una realidad caótica de campesinos sin tierras, de colonos sometidos a servidumbre, de migrantes rurales, de desempleados y subempleados urbanos, de pobladores de rancheiros y de villas miseria, etc. Por esto, iniciar su investigación a nivel del fenómeno percibido condena a no advertir la unidad subyacente de sus determinaciones. Conocidas éstas, en cambio, el retorno al dato permitirá situarlo en un campo de significados que dará sentido a la práctica social de los actores. Recién entonces podrán definirse con claridad los sistemas de acción que involucran a los distintos tipos de marginales y formularse hipótesis válidas acerca de sus posibilidades de liquidar un orden que los explota y que les niega como hombres*” (1969, p. 43).

sistema (em que a exploração, destoante do discurso civilizador, se deixa escancarar), seja porque o capital não foi capaz de completar, com a extensão que se deu no *ocidente*⁷, a subsunção de suas formas sociais. O mundo do trabalho latino-americano, constituiu-se – e assim permanece – como uma totalidade *abigarrada*, onde a lógica utilitarista, egoísta e racional do sempre-mais-sempr-meu capitalista resigna-se a uma convivência, ambivalente e contraditória, com outros jeitos de reproduzir a existência, a partir do *comum*.

A imagem da *sociedade abigarrada*⁸, do sociólogo boliviano René Zavaleta Mercado, também é eloquente para o caso brasileiro, mesmo que em sua formulação original tenha se espelhado nas populações andinas (e, em especial, a Boliviana) – que aparentemente puderam, em comparação com os povos originários brasileiros, continuar a reproduzir seus modos de vida de modo mais consciente e autêntico. Também aqui, de todo modo, o projeto de padronização exterior não se completa, sendo a força e a extensão das peculiares formas econômicas populares, a nosso ver, a forma pelas quais as sociabilidades não brancas seguem esgueirando-se pelas frestas do capitalismo. Elas são *falta* e são *presença*, simultaneamente:

Lo abigarrado, entonces, es una diversidad múltiple: es diversidad de tiempos históricos y diversidad de historias; diversidad de formas políticas o estructuras de autoridad que implica diversidad cultural o, en un sentido más general, de civilización que, sin embargo, coexisten o forman parte de lo que hoy se reconoce como una sociedad más o menos nacional o país. Esta diversidad múltiple está diferenciada y categorizada en el pensamiento de Zavaleta. Lo abigarrado no es simple sinónimo de lo diverso y coexistente, sino que es un análisis estructural e histórico-genético de los tipos de diversidad que lo componen y de los márgenes y formas de articulación y desarticulación. Si bien la noción de formación social abigarrada es una categoría que se elabora a partir de la categoría de formación económico-social existente en el marxismo, no se trata solamente de la aplicación de esta última a sociedades débil y parcialmente articuladas y transformadas por el capitalismo. Es una idea que relativiza la concepción de una formación económico-social en la que el modo de introducción domina a los demás articulándolos bajo sus principios. La idea de formación social abigarrada es una categoría que más bien sintetiza la dominación parcial y aparente del modo de producción dominante, en vez de pensar o suponer una rearticulación transformada del resto de los modos de producción al nuevo principio organizativo del dominante. Es un modo de pensar la dominación desarticulada, pero dominación al fin (Tapia, 2002, p. 312).

Foi diversa, por certo, a forma como se deu o encontro entre o europeu e o não-europeu na América portuguesa. Várias determinações confluem na tentativa de

⁷ A palavra *ocidente*, neste contexto, extravasa o sentido da geografia física. Ela abarca a ideia de Europa, mas também guarda nítida relação com a cor da pele. Neste sentido, Estados Unidos e Canadá, por exemplo, são *ocidente*, na mesma medida que o Brasil não é.

⁸ “De várias cores, especialmente se estão mal combinadas”, “heterogêneo, reunido sem ordem”: são os significados encontrados no dicionário da Real Academia Espanhola (2018) que, à falta de uma palavra exata no português, traduzem o espírito da categoria.

compreender como ele se distingue do que aconteceu na América hispânica, que podem ir desde as peculiaridades inerentes à colonização espanhola e portuguesa (Holanda, 1995), passando, certamente, pelas distintas dinâmicas dos povos originários em seus territórios – marcadas aqui, em contraste com a América incaica, pelo que Clastres chamou de “sociedades contra o estado” (2017) –, até chegar à mais longa e extensa experiência de escravização da população africana das Américas⁹. No entanto, mesmo que invisibilizada por um poderoso processo de menosprezo cultural, é forte a presença de elementos estranhos à lógica imposta pela colonização europeia na vida brasileira, que não se resumem à rica paleta de cores da nossa pele, mas que estão entranhados nas formas que tomam as relações, a produção, a língua, o modo de festejar, comer e vivenciar o tempo. São as tramas da economia popular, a nosso ver, um importante espaço em que tais traços se tornam evidentes, autorizando sua leitura a contrapelo (Benjamin, 2005, p. 70), capaz de identificar neles também as marcas das *vitórias* nas diuturnas lutas contra a pretensão açambarcadora do capital.

O processo de subsunção formal do trabalho ao capital foi, como já o apontava Marx no célebre capítulo XXIII (2017), prenhe de violência, exigida pela renhida resistência dos trabalhadores e trabalhadoras. Uma “luta de classes sem classes”, tão ricamente reconstituída por trabalhos como os dos historiadores marxistas britânicos (Thompson, 1984; Hill, 1987), a lembrar que “durante os séculos XVI e XVII, o ódio contra o trabalho assalariado era tão intenso que muitos proletários preferiam arriscar-se a terminar na forca a se subordinarem às novas condições de trabalho” (Hill, 1975 apud Federici, 2017, p. 245).

Tais lutas espalharam-se pelo mundo tanto quanto o capitalismo, aconteceram e continuam acontecendo em nossas terras. No entanto, a resistência ao adestramento de corpos para o “trabalho livre”, como revelam relatos das primeiras décadas do século XIX (Alves, 2013) foi e continua sendo¹⁰ traduzida como indolência, preguiça, incapacidade, inferioridade:

Ele já se refere, na década de 1810, a uma certa independência econômica ou à autonomia dos homens livres pobres e à aversão geral ao trabalho na sociedade brasileira (Eschwege, 1944, p.446-447). Escreve que é “quase impossível, no Brasil, fazer prosperar uma indústria, quando se depende do concurso dos homens livres” e que não havia “meios eficazes de obrigar os homens ao cumprimento de seus deveres e de torná-los

⁹ No resto da América Latina a abolição do escravismo aconteceu na primeira metade do século XIX (Bolívia e Chile, na década de 1820; Guaiana, em 1833; Paraguai, Uruguai, e Guiana Francesa, na década de 1840; Argentina, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, na década de 1850; Suriname, em 1863. Só em 1888 é promulgada no Brasil a Lei Áurea, sem previsão de qualquer medida reparatória ou de políticas de integração da população escravizada ao trabalho livre.

¹⁰ Júlio César Ribeiro reflete, por exemplo, sobre o papel que a ideologia da preguiça segue tendo na atual exploração da mão-de-obra indígena pelo setor canavieiro sulmatogrossense (2009). Em 2014, artigo do *The Economist* intitulado “The 50-year snooze” (A soneca de cinquenta anos), afirmava que “trabalhadores brasileiros são gloriosamente improdutivos”, “perdem tempo” e “metade nem sequer vai para o trabalho” (<https://www.economist.com/the-americas/2014/04/19/the-50-year-snooze>)

perfeitamente submissos e obedientes” (p.422). Ressalta ainda que o branco pobre no Brasil não trabalhava, pois sempre encontrava meios para viver (Alves, 2013, p. 11).

As grandes extensões de terras agricultáveis no Brasil, o clima favorável e o de certa forma tardio processo de formalização jurídica da propriedade privada (que só acontece em 1850, com a chamada Lei de Terras), são elementos que devem ser reunidos às específicas dinâmicas relacionais de povos indígenas e africanos, em que parentesco, comunidade, distribuição de poder ganham sentidos próprios, distintos e resistentes à lógica utilitarista, uniforme, ascética e racional que forma a base do espírito do capitalismo¹¹.

No que diz respeito, em especial, aos modos de exercício do poder, resalto a forma peculiar como, para Pierre Clastres, as chamadas sociedades amazônicas, se vistas sem os sequestros do etnocentrismo europeu, contradizem as pechas de fragilidade de sua “economia de subsistência” ou de “falta” de organização política. Muito pelo contrário, o antropólogo francês identifica nelas mecanismos requintados de proteção que tornavam possível poder político sem violência, coerção e subordinação e, por consequência, injustificável o trabalho para além da necessidade:

Inacabamento, incompletude, falta: não é absolutamente desse lado que se revela a natureza das sociedades primitivas. Ela impõe-se bem mais como positividade, como domínio do meio ambiente natural e do projeto social, como vontade livre de não deixar escapar para fora de seu ser nada que possa alterá-lo, corrompê-lo e dissolvê-lo. É a isso que nós devemos prender com firmeza: as sociedades primitivas não são os embriões retardatários das sociedades ulteriores, dos corpos sociais de decolagem “normal” interrompida por alguma estranha doença; elas não se encontram no ponto de partida de uma lógica histórica que conduz diretamente ao termo inscrito de antemão, mas conhecido apenas a posteriori, o nosso próprio sistema social. (Se a história é essa lógica, como podem ainda existir sociedades primitivas?) Tudo isso se traduz, no plano da vida econômica, pela recusa das sociedades primitivas em se deixarem tragar pelo trabalho e pela produção, através da decisão de limitar os estoques às necessidades sociopolíticas, da impossibilidade intrínseca da concorrência – de que serviria, numa sociedade primitiva, ser um rico entre pobres? – em suma, pela proibição, não-formulada ainda que dita, da desigualdade (Clastres, 2017, p. 174).

Assim, mesmo que nossa realidade não possa ser interpretada fora das dinâmicas desiguais e combinadas da distribuição mundial dos papéis no capitalismo (especialmente no que diz respeito à forma de exploração da natureza e dos seres humanos), esses elementos tornam possível entender, para além da negatividade, a pujança da chamada economia popular no Brasil, e na América Latina como um todo. Ela pode ser lida, *também*, de modo contraditório e ambivalente, como a reiterada *incompletude* do que Marx (2017) identificou como um dos elementos essenciais à formação da classe

¹¹ “O homem é dominado pela geração de dinheiro, pela aquisição como propósito final da vida. A aquisição econômica não mais está subordinada ao homem como um meio para a satisfação de suas necessidades materiais. Essa inversão daquilo que chamamos de relação natural, tão irracional de um ponto de vista ingênuo, é evidentemente um princípio-guia do capitalismo, da mesma forma que soa estranha para todas as pessoas que não estão sob a influência capitalista” (Weber, 2006, p. 49).

trabalhadora adaptada às necessidades do capital (a ponto de que a única alternativa seja a venda de sua energia, como mercadoria): o processo de expropriação, física e cultural, dos *comuns*, dos meios de reprodução da existência das classes populares para além do domínio do capital.

No caso brasileiro, é necessário, ainda, ressaltar dualidades marcantes de nossa história socioeconômica, que parecem se relacionar com os diferentes ritmos que o processo de disseminação da lógica do capital alcançou no nosso território, especialmente considerando os pares interior-litoral e norte-sul. Mesmo que não haja como aprofundar aqui a análise dos elementos que os constituem, salientamos que a realidade brasileira, marcada, em primeiro lugar, pela direção do vetor colonizatório e, mais tarde, pelo da industrialização (e consequente urbanização), divide-se em panoramas ainda bastante distintos, que são de regra interpretados apenas segundo a mesma lógica unidimensional que acima criticamos. Assim, o norte-nordeste, tanto quanto o “interior” (o *sertão*, o *não-litoral*), são lugares da falta, carência, subdesenvolvimento, sempre à sombra de um outro Brasil, mais urbano, mais “civilizado”, subsumido de forma mais extensa à lógica do capital (simbolizado pelo eixo Rio de Janeiro-São Paulo). Apostar na complexificação da leitura desta realidade não significa, no entanto, deixar de reconhecer o grave quadro de desigualdade e pobreza do interior-norte-nordeste brasileiro. Diversamente, entendê-la exige aquilatar os elementos desta realidade *também* a partir de outras métricas.

Os ecos dessa constatação confirmam-se na realidade com a qual está envolvida, mais diretamente, a Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária de Feira de Santana. Situamo-nos numa região que, tanto quanto parte considerável do interior-norte-nordeste brasileiro, vivenciou, só no último terço do século XX, um processo de industrialização intenso e dependente, que resultou em uma inversão absoluta da forma de ocupação do espaço urbano-rural¹² e, conseqüentemente, das formas de reprodução da vida de sua população. Isto se deu, no entanto, sem que a perda das formas alternativas de sobrevivência, capazes de driblar o assalariamento (como a pequena produção de víveres e sua comercialização nas diversas feiras da região¹³) fossem substituídas, à

¹² Os 51.696 habitantes recenseados no primeiro levantamento demográfico brasileiro, em 1872 (DAMASCENO, 2011, p. 44), chegam hoje ao número estimado de 609.913 pessoas (IBGE cidades, dados de 2018). O crescimento vertiginoso da população urbana só vem a ocorrer, no entanto, na segunda metade do século XX: entre a década de 1940 e 2010, o percentual da população urbana salta de 23,61% para 91,73% (Santos & Henrique, 2012).

¹³ A historiadora Karine Teixeira Damasceno (2011), ao dedicar-se a desvendar, a partir de dados de Feira de Santana para o censo populacional de 1920, a contraditória pouca expressividade dos números ligados às atividades do “comércio” (3,5% da população), contrastando-os com o percentual de pessoas dedicadas à “agricultura, criação e pesca” (83,5%), oferece pistas interessantes: “Assim, embora o comércio praticamente não tenha aparecido no recenseamento de 1920 como atividade exercida por trabalhadores do município, sua importância tanto para Feira de Santana quanto para a região nos leva a pensar ser possível que os pequenos produtores e proprietários rurais de Feira de Santana exercessem mais de uma ocupação para sobreviver (atividades rurais e comércio) ou que, para a maior parte deles, negociar a produção na feira livre e de gado da cidade constituía-se como desdobramento do trabalho rural; além do mais, a pouca expressividade do comércio nos registros oficiais provavelmente também está relacionada à invisibilidade

altura, pelo acesso consistente à educação formal, saúde ou mesmo a empregos “formais” dotados das garantias angariadas nos países do “primeiro mundo”.

Estamos diante, assim, de um universo histórica e culturalmente construído a partir de formas de sobreviver que não têm o modelo do emprego fabril como paradigma principal. Dele fazem parte valores e práticas regionais, formas de vivenciar o tempo, as relações afetivas, a convivência no trabalho e na família, a organização da vida doméstica, o lazer, a comida, em muitos pontos incompatíveis com a disciplina implícita nas obrigações supostamente assumidas pelo trabalho “livre” no capitalismo. São marcantes, ainda, nas experiências de trabalho subordinado, humilhações e sofrimentos legitimados pelo passado escravista (também ainda tão recente), pelas relações de poder estabelecidas entre brancos e negros, homens e mulheres. É o que pode ser lido nas falas de trabalhadoras em entrevistas realizadas pela equipe da IEPS, sobre as diferenças que percebiam entre a forma “normal” de trabalhar e a sua experiência de trabalho associado:

Amo trabalhar assim na cooperativa. Eu não suporto a ideia de ter um patrão o tempo todo ali... a gente fala que é chicotada, entendeu?...Assim é horrível.... Trabalhar assim é um mercado informal, né?...sempre gostei de trabalhar assim, informal...

É porque não temos, vamos supor, um gerente prá ficar dizendo o que temos de fazer ou o que estamos fazendo de errado. Todo mundo se autocorrige. Então, de qualquer forma, está todo mundo ligado...

A gente tem mais liberdade, a gente não precisa... Apesar que a gente tem um horário da gente chegar e horário da gente sair, às vezes a gente fica um pouquinho mais. Às vezes a gente chega, fulano [diz] “não posso ir agora, não tem como aguentar aí?”. Tudo bem, a gente não vai ser descontado nem nada. Se fosse uma empresa ela é diferente do grupo, né? Todo mundo ali sabe o que somos capazes de fazer¹⁴.

Não obstante, o fato é que, seguindo uma tendência mundial, esta majoritária parte da população latino-americana, protagonista de um mundo do trabalho paralelo ao padrão do capitalismo central, só veio a ser objeto de preocupação acadêmica e institucional nas últimas décadas do século XX – quando passou a ser batizada de diferentes formas – economia informal, setor informal, informalidade, economia popular, economia subterrânea, economia invisível, circuito inferior –, multiplicidade que, em si, indicia a complexidade e as contradições dessa longa parcela da realidade.

Em dissertação datada de maio de 1971, o sociólogo brasileiro Luiz Antônio Machado da Silva, pesquisando os “mercados metropolitanos de trabalho manual e marginalidade” e tendo como espaços empíricos favelas nas cidades do Rio de Janeiro,

observada sobre as mulheres pobres, especialmente as trabalhadoras negras que certamente predominavam entre as pessoas que tradicionalmente se dedicavam ao comércio informal realizado em Feira de Santana (2011, pp. 47-8).

¹⁴ Entrevistas realizadas, em 2014, com trabalhadoras do grupo Copermasol, que vivenciou, com a IEPS, processo de incubação. Tratava-se de um grupo urbano, oriundo de um bairro popular da cidade de Feira de Santana. Preserva-se a intimidade das entrevistadas deixando de nomeá-las.

Salvador, Fortaleza e Recife, já propunha as categorias de “mercado formal” e “mercado informal” de empregos. Ressentia-se, no entanto, do constante dissenso entre os conhecimentos que adquiria na empiria e os modelos de que dispunha para explicá-los. Identificava, então, que o problema estava na “completa falta de vivência da realidade estudada, evidenciada naqueles modelos” e no desconhecimento do “significado da realidade das populações envolvidas”, resultando em interpretações que tomavam como referência “os grupos sociais dos quais faziam parte os investigadores” (1971, p. 5). O pesquisador carioca apercebia-se, ainda, de como “a baixa capacidade de controle do mercado não significa necessariamente que o padrão de vida das pessoas envolvidas seja baixo” (Silva, 1971, p. 134), já que a unidade de análise mais adequada parecia ser a família, de regra desconsiderada nas análises quantitativas sobre o tema. Entravam, assim, em jogo, diversas, complexas e específicas questões, de base culturais e históricas, como a solidariedade familiar, migração, continuidade das relações campo e cidade, composição familiar, que, a despeito de seu importante papel na compreensão da realidade, de regra ficam de fora do quadro quantificável ou são descartadas porque pontos fora da reta das teorias explicativas tradicionais e de determinadas metas consensuais, implicadas em noções como as de progresso, desenvolvimento econômico, o papel da industrialização, das cidades, a ideia de civilização, o próprio conceito de povo e trabalhador (“massa” ou “classe?”).

Que implicações podemos extrair da compreensão desta peculiar e relevante parcela do mundo do trabalho latino-americano a partir da sua *positividade*? O que propomos é que ela é elemento imprescindível para a leitura do mosaico de determinações que explicam a nossa história recente e desafiam as lutas das classes trabalhadoras latino-americanas.

2. Ofensiva neoliberal: Resistencia, luta e os peculiares desdobramentos do progressismo latino-americano

É a partir dessa *positividade* que despontam outras leituras do outrora “invisível” mundo do trabalho popular. Elas se valem de elementos como a constatação da crise ética e ambiental do mundo capitalista, uma maior clarividência quanto à necessidade de descentramento das leituras da sociedade e sua economia do modelo moderno-ocidental de progresso e desenvolvimento e, sobretudo, da irrupção de lutas populares plasmadas na resistência ao acirramento da espoliação neoliberal, na fronteira de “novos cercamentos” que acudiam a crise do capital.

Nomes como os de Luis Razeto, no Chile, do argentino José Luis Coraggio e do economista Paul Singer, no Brasil, são apenas alguns exemplos de uma produção acadêmica que, desde no início dos anos 1990, vem ressignificando os modos populares de *reprodução ampliada da vida* (Coraggio, 2000), para apostar em uma “economia da

solidariedade”, que se produz a partir dos “modos de desenvolver a economia que surgem do povo”, e que “não correspondem àqueles do *homo economicus* que as teorias neoclássicas supõem, mas sim a outros que expressam uma cultura que se dispõe a encontrar na comunidade e no entorno social mais próximo os meios necessários para viver (Razeto, 1997, p. 96). No Brasil, a disseminação acadêmica e política da expressão “economia solidária” foi inaugurada, na década de 1990, por Paul Singer¹⁵, que mais tarde ocupará também um lugar fundamental na concretização de políticas voltadas ao fomento do que chamava de “reinvenção da economia solidária”, como resposta ao desemprego em massa e demais consequências da crise do capital no final do século XX (Singer, 2002).

Podem ser identificados na farta produção teórica em torno dessas ideias¹⁶ elementos da ideia do trabalho associado marxista, do cooperativismo dos socialistas utópicos, de Proudhon e do anarquismo federalista e autogestionário, do pensamento cristão da ala progressista da igreja católica. Estes nomes ligam-se ao que se tem denominado, no Brasil, de Economia Solidária, mas não há uma síntese acabada ou unanimidade terminológica – economia social, economia social solidária, economia da dádiva, economia popular e solidária são expressões que, de um lado, explicitam o quanto a discussão complexifica a análise econômica para além do mercado e, por outro, demonstram suas imbricações e coincidências com o tema mais amplo da economia popular e da informalidade¹⁷.

Especialmente a partir da América hispânica, uma outra linha de pensamento também se produz a partir da potência das lutas populares por modos peculiares de tramar a existência, desta feita centrando-se na ideia do *comum* e das formas comunais. Faço referência a nomes como Silvia Rivera Cusicanqui, Luis Tapia (Bolívia), Raúl Zibechi (Uruguai), Gladys Tzul Tzul (Guatemala), John Holloway, Raquel Gutiérrez (México)¹⁸, em que podem ser identificadas marcas de leituras não-ortodoxas do marxismo (na linha do marxismo aberto inglês ou o operáismo italiano), e, em especial, do papel das lutas *desde abajo* na construção de um *contra-y-más-allá-del-capital* (Holloway, 2006).

¹⁵ Segundo Noëlle Marie Paule Lechat, a expressão foi usada pela primeira vez no Brasil por Paul Singer, em artigo publicado na Folha de São Paulo, em 11 de junho de 1996, cujo título era “Economia solidária contra o desemprego” (2002).

¹⁶ Para uma dimensão da produção brasileira, sugere-se Araújo et. al., 2016, Silva, 2018a e Ferrarini, Gaiger & Schiochet, 2018.

¹⁷ “[...], no contexto latino-americano a expressão [economia solidária] está mais próxima de uma noção de “economia popular”, fortemente marcada pela informalidade das práticas coletivas populares. O caráter econômico presente nessas experiências requer que se considere como empreendimentos de economia solidária apenas aqueles geradores de renda e trabalho ou ligados diretamente a esses, como as cooperativas de consumo e as cooperativas de crédito solidário, ou ainda os clubes de troca” (Silva, 2018a, p. 12).

¹⁸ Um bom panorama desta produção está disponível no dossiê *Común, ¿para qué?*, publicado na *El Apantle: Revista de Estudios Comunitarios* (2015).

Esta extensa gama de autores e autoras têm em comum, não obstante suas especificidades, a compreensão do mundo do trabalho popular latino-americano a partir *também* de sua potência – não como *mero* lugar de falta, do *subdesenvolvimento*, do *informal*¹⁹. E o fato de produzirem suas reflexões enquanto a América Latina é palco de uma história muito peculiar, marcada por um singular estado de mobilização popular e de lutas que confrontam os sintomas da mudança no cenário econômico mundial, em um processo multifatorial que começa por volta dos anos 1970: crise do petróleo, fim da guerra fria, crise do capitalismo fordista, mudanças nos modos de equilíbrio produtivo regionais, expansão e domínio do capital financeiro, grandes avanços tecnológicos, sobretudo no campo da comunicação e informática. Os anos dourados do pós-guerra, que impulsionaram as teorias desenvolvimentistas, a apontar para o sul global os caminhos que vinham sendo conquistados pela classe trabalhadora ao norte, e assumiam como horizonte o pleno emprego, tinham seu fim anunciado, de forma melancólica, pela “grande virada” neoliberal (Dardot & Laval, 2016), que marca uma nova correlação de forças no mundo do trabalho.

A América Latina representou um importante campo de teste das primeiras experiências econômicas mais radicalmente neoliberais – como o “regime terrorista de Estado” (Antunes, 2011) do Chile de Pinochet, que serviu de laboratório aos economistas da Escola de Chicago²⁰ –, vivenciando uma correspondente e precoce onda de espoliação e pobreza, que se espalhou pelo continente.

A crise do capital exige a abertura de novas fronteiras de acumulação, traduzida não só nos novos “cercamentos” sobre as riquezas naturais ainda preservadas da lógica capitalista de exploração (no que a América Latina é particularmente rica), mas igualmente sobre os corpos e subjetividades da classe trabalhadora. Se pensadas as economias populares como postos avançados da resistência à subsunção do trabalho pelo capital, assume plena significância o fato de a ofensiva do capital ter-lhes como alvo: i) no sentido da cooptação do trabalho “não formal” à lógica do valor abstrato (sob o signo do “empreendedorismo”); ii) com a própria destruturação do mercado “formal” do trabalho, o que, por si, contribui para esvaziar o possível sentido antagônico do informal; iii) fragilizando-se as redes de solidariedade e de comunalidade que mantinham possível a reprodução da vida na escassez de oportunidades; e, iv) aprofundando-se o processo de separação dos trabalhadores e trabalhadoras da terra e dos demais recursos naturais que tornavam possível resistir à submissão completa à lógica do capital.

¹⁹ Como produção em que se evidenciam os pontos em comum dessas diferentes linhas de pensamento, menciono o *Dossiê Economía popular: entre la informalidade y la reproducción ampliada*, publicado na Revista *Íconos* (2018).

²⁰ No que Naomi Klein descreve como o “nascimento sangrento” da “doutrina de choque” da atual fase do capitalismo (2007).

Este quadro vem desaguar em uma onda de levantes e movimentos populares, reativos à agressiva onda de *despojos múltiples*²¹ e reveladores da potência política popular de movimentos de autonomia e reconhecimento (indígena, negro, quilombola, de mulheres, de luta pela terra), em toda a América Latina²². O *caracazo* venezuelano (em 1989), o levante Zapatista (em 1994) e a Guerra da Água de Cochabamba (em 2000) são apenas os exemplos mais conhecidos de dezenas de levantes e mobilizações populares que tomaram o continente, contribuindo, de forma direta ou indireta, para a queda de diversos governantes latino-americanos (Zibechi & Machado, 2017)²³.

A explosão das lutas *desde abajo* pode explicar, então, a ascensão, em seguida, de governos progressistas em vários países²⁴, criando-se a oportunidade de ensaiar, pelos braços do Estado, experiências de institucionalização das ideias presentes na produção acadêmica a que nos referimos acima. Disto é parte – no que aqui nos interessa em especial – as políticas de economia solidária desenvolvidas durante os governos do PT no Brasil.

O fluxo *desde abajo* foi, de certa forma, capturado pelos governos à esquerda que subiram ao poder em vários países, que passaram a implementar, também *de cima para baixo*, políticas públicas de estímulo à produção associada, ao cooperativismo, à organização comunitária. No Brasil, o próprio Paul Singer esteve à frente, desde a sua criação em 2003, da Secretaria Nacional da Economia Solidária-SENAES, dela só se afastando em 2016. Os textos constitucionais do Equador, de 2008, e da Bolívia, de 2009 passam a expressamente conter menções à “*economia social cooperativa*” e “*comunitaria*”²⁵, “*buen vivir*” ou *sumak kawsay* e à própria “*economía social y*

²¹ A categoria formulada por Mina Navarro, tenta abarcar “*las formas variadas que adopta el capital em um mismo proceso para expropiar las diversas formas que adquiere lo común*”, incluindo não só “*la separación forzada y violenta de las personas de seus médios de subsistência*”, mas também “*de sua capacidade de hacer bajo las reglas naturalizadas del mercado*”, assim como a “*el despojo de lo político*”, isto é, da “*capacidade de autoderminación social*” (2002, p. 151).

²² Um panorama alargado desses movimentos é proporcionado pelos três volumes de “*Movimiento indígena en América Latina*”, organizados por Raquel Gutiérrez e Fabiola Escárzaga, entre outros autores(as) (2005, 2006, 2014).

²³ “[...] três presidentes derrotados no Equador (Abdalá Bucaram em 1997, Jamil Mahuad em 2000 e Lúcio Gutiérrez em 2005); dois na Argentina (Fernando de la Rúa e Adolfo Rodríguez Saá em 2001); um no Paraguai (Raul Cubas em 1999); um no Peru (Alberto Fujmori em 2000); um no Brasil (Fernando Collor de Mello em 1993) e um na Venezuela (Carlos Andrés Pérez em 1993)” (Zibechi & Machado, 2017, p. 12).

²⁴ Em 1999, a Revolução Bolivariana de Hugo Chávez, na Venezuela; no Brasil, sobe ao poder o Partido dos Trabalhadores com Luiz Inácio Lula da Silva; na Argentina, também em 2003, Néstor Kirchner ascende com um discurso anti-neoliberal, após o conturbado período político e econômico que culminou com a renúncia de Fernando de la Rúa; na Bolívia, em 2005, Evo Morales é eleito na esteira de uma massiva mobilização popular, levando ao poder o Movimiento al Socialismo – MAS e à instauração de uma Assembleia Constituinte; no Uruguai, ainda em 2005, a eleição de Tabaré Vázquez rompe, pela primeira vez, a hegemonia dos Partidos Colorado e Nacional; em 2007, o Equador, com Rafael Correa, também instaurou uma Assembleia Constituinte, que resultou em um texto constitucional, promulgado em 2008, que incorpora noções como o *Bem Viver (Sumak Kawsay)*; fecha o ciclo, em 2008, a eleição de Fernando Lugo no Paraguai, após seis décadas de domínio político do Partido Colorado.

²⁵ “*Artículo 306 I. El modelo económico boliviano es plural y está orientado a mejorar la calidad de vida y el vivir bien de todas las bolivianas y los bolivianos. II. La economía plural está constituida por las*

*solidaria*²⁶, com desdobramentos em suas políticas públicas. Henrique Novaes e Paulo Lima Filho (2006) mencionam a missão *Vuelvan Caras*, plano nacional da Venezuela voltado à produção cooperativa, “*con un enfoque de desarrollo endógeno que parte de las fuerzas propias, ‘desde adentro, por dentro’, bajo las premisas de la economía popular, centrada en la equidad, la solidaridad y la cooperación*”. Na Argentina de Kirchner, o *Plan Nacional de Desarrollo Local y Economía Social “Manos a la obra”* também se centrava no apoio ao cooperativismo (2003)²⁷.

As ações em torno da economia solidária, no entanto, são apenas um traço entre muitos do chamado *progressismo* latino-americano, marcado também por muitas contradições e ambivalências (SANTOS, 2018). Seu curto ciclo de vida deixou um rastro de consequências que estão a exigir reflexões cuidadosas sobre suas opções políticas e econômicas e sobre os processos escolhidos para sua implementação. A discussão sobre o progressismo e sua opção pelo neodesenvolvimentismo (Katz, 2014), tem sido farta nos últimos anos²⁸ e parece cada vez mais necessária à medida em que o retorno a posicionamentos mais duros e explícitos em prol do capital se alastram pelo continente. No calor dos acontecimentos, ainda parecemos estar longe de ter clareza sobre as razões e as consequências do que vem acontecendo na Venezuela de Maduro ou nas contundentes ofensivas neoliberais em curso na Argentina de Mauricio Macri e no Brasil de Jair Bolsonaro, ou da ambiguidade político-econômica na Bolívia e no Equador no que diz respeito, em especial, ao avanço sobre os recursos naturais por políticas que beneficiam os destruidores extrativismo e o agronegócio das empresas transnacionais (Santos, 2018).

formas de organización económica comunitaria, estatal, privada y social cooperativa. III. La economía plural articula las diferentes formas de organización económica sobre los principios de complementariedad, reciprocidad, solidaridad, redistribución, igualdad, seguridad jurídica, sustentabilidad, equilibrio, justicia y transparencia. La economía social y comunitaria complementará el interés individual con el vivir bien colectivo” (Constitución Política del Estado Boliviano, 2009).

²⁶ “Art. 275.- *El régimen de desarrollo es el conjunto organizado, sostenible y dinámico de los sistemas económicos, políticos, socioculturales y ambientales, que garantizan la realización del buen vivir, del sumak kawsay.*” [...] “Art. 283.- *El sistema económico es social y solidario; reconoce al ser humano como sujeto y fin; propende a una relación dinámica y equilibrada entre sociedad, Estado y mercado, en armonía con la naturaleza; y tiene por objetivo garantizar la producción y reproducción de las condiciones materiales e inmateriales que posibiliten el buen vivir. El sistema económico se integrará por las formas de organización económica pública, privada, mixta, popular y solidaria, y las demás que la Constitución determine. La economía popular y solidaria se regulará de acuerdo con la ley e incluirá a los sectores cooperativistas, asociativos y comunitarios (Constitucion de la Republica del Ecuador, 2008).*

²⁷ Remetemos a Novaes & Lima Filho, 2006 e a Novaes, Serafim & Dagnino, 2007 para a comparação e crítica dessas experiências. Sobre a experiência venezuelana, em específico, ver Azzellini, 2010.

²⁸ Consulte-se, por exemplo, Zibeschi & Machado, 2017 e Santos, 2018.

3. As políticas públicas de economia solidária no Brasil

Renovam-se as questões, ainda sem resposta, acerca dos caminhos para a luta contra a exploração dos trabalhadores e trabalhadoras e da natureza, assim como a proteção e estímulos a outros modos de reprodução da vida. Seria o Estado um aliado possível nesta luta? Ou ele estaria irremediavelmente contaminado pela lógica e processos típicos à expropriação e acumulação capitalistas? Estas questões são antecedentes lógicos a um desafio incontornável para a equipe da Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS: a avaliação crítica das políticas públicas de economia solidária implementadas pelos governos do Partido dos Trabalhadores no Brasil – de cuja história são parte, aliás, as próprias Incubadoras universitárias (Dubeux, 2007; Culti, 2007). Esta é uma tarefa em construção que não se tem por objetivo cumprir no reduzido espaço deste texto. Parece bastante, por ora, explicitar e aviventar tais perguntas, que podem balizar as investigações e as lutas por outras formas de trabalhar e produzir.

Em meio às reações populares ao acirramento da ofensiva neoliberal no início da década de 1990, que no início dos anos 2000 já revelava como consequência o agravamento da precariedade das condições de trabalho no país (Pochmann, 2001), acontece em 2003 a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, inaugurando-se um período certamente peculiar da história política brasileira, que teve o Partido dos Trabalhadores à frente do governo federal por 13 anos.

Na esteira dos três primeiros Fóruns Sociais Mundiais, ocorridos entre 2001 e 2003 em Porto Alegre, também em 2003 são criados o Fórum Brasileiro de Economia Solidária e a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e, em 2006, o Conselho Nacional de Economia Solidária. De forma inédita, a *economia solidária* passou a fazer parte do léxico das políticas públicas federais no Brasil²⁹. Produziram-se, inclusive, mapeamentos nacionais que indicaram números muito expressivos de “*empreendimentos econômico solidários*”: foram catalogados, segundo o último levantamento realizado pela SENAES (2013), mais de 1.500.000 trabalhadores e trabalhadoras, em cerca de 20.000 iniciativas espalhadas pelo país (sobretudo no espaço rural nordestino³⁰), atuando nas mais diversas cadeias produtivas.

Os *Empreendimentos Econômico Solidários* ou “EES” foram a unidade produtiva escolhida para os fins da política brasileira de Economia solidária. A história da

²⁹ Ressalva se faz a iniciativas nas instâncias municipais, a exemplo da administração da capital gaúcha de Porto Alegre, durante o governo de Tarso Genro (1993-1996), do PT, ou estaduais (ainda o Rio Grande do Sul, durante o governo petista de Olívio Dutra (1999-2003).

³⁰ Segundo o SIES (2013), 41% dos grupos de economia solidária do Brasil encontram-se no Nordeste brasileiro (10% no Centro-Oeste, 16% no Norte, 16% no Sudeste e 17% no Sul) e 54% trabalham na zona rural (12% atuam combinadamente na zona rural e urbana e 34% são grupos urbanos). O maior percentual de grupos rurais, além disso, também se encontra a região Nordeste, onde 72% são assim caracterizados.

delimitação dessa categoria, principal base para os dois mapeamentos que alimentaram o *Sistema de Informações em Economia Solidária* (SIES), é recuperada pela socióloga Eugênia Motta em sua tese de doutoramento (2010). Seu trabalho, entre outros aspectos, desnuda a importância assumida pelos parâmetros escolhidos para “medir” a realidade na própria configuração da realidade medida. Revela a nosso ver, também, o papel central que a Academia (entre outros universos sociais, como os movimentos sociais, as ONGs, a Igreja Católica) assumiu neste processo, legitimando-o inclusive a partir da chancela de sua produção científica sobre o tema. Salienta, por fim, as difíceis tensões criadas no processo de apropriação, pela estrutura estatal, de parcela da realidade tão destoante de seus pressupostos, linguagem e dinâmicas. Um exemplo revelador, se se leva em conta, contraditoriamente, a característico caráter *familiar* da economia popular no Brasil e na América Latina³¹:

Note-se que as coletividades que são consideradas famílias não podem ser empreendimentos solidários. Isso se explica pela idéia, presente em vários trabalhos acadêmicos principalmente, de que a família é um arranjo necessariamente hierarquizado e com posições de autoridade bastante fixadas. Isso impediria o exercício de uma democracia verdadeira. Além dessa ouvi outra explicação. *Incluir empreendimentos familiares criaria um tipo de concorrência com o Ministério de Desenvolvimento* (Motta, 2010, p. 130) (grifei).

Destaco ainda outro elemento relacionado pela pesquisadora brasileira: a exclusão, da definição de ESS de práticas tradicionais de solidariedade na reprodução da vida, como os “mutirões” ou modos de uso comum da terra (Campos, 2000), já que não relacionadas diretamente à esfera da economia, no sentido de uma atividade consciente de produção e comercialização de bens, envolvendo dinheiro. Para Eugênia Motta, nesse sentido:

A novidade e a antiguidade da ES são igualmente acionadas nos discursos sobre sua origem com caráter positivo. A naturalidade da solidariedade, está relacionada à sua antiguidade e aí estariam raízes imemoriais da ES. Há inclusive referências a que “a natureza é solidária”. A ES hoje seria o resgate de valores originais corrompidos pelo capitalismo. Ao mesmo tempo a ES é apresentada como uma grande novidade que vem desafiar os valores do capitalismo e se mostrar como forma organizada de enfrentamento “por dentro”. As duas idéias não são contraditórias porque representam uma certa hierarquia entre formas mais “primitivas” (antigas, naturais) e outras mais organizadas (atuais, explicitamente econômicas, organizadas em coletivos voltados para a atividade produtiva). Ela fica bastante clara quando se definem os empreendimentos também em negação a práticas tradicionais (2010, p. 131).

Estes sinais parecem indiciar o acerto da análise que, já em 2006, faziam Novaes & Lima Filho, ao identificar nas políticas públicas para o cooperativismo no Brasil um certo predomínio da “visão de contenção social ao desemprego em massa”. Isto se reforça

³¹ “A unidade doméstica, como microunidade de organização dos sistemas de reprodução, é a célula da economia popular, da mesma forma que as empresas, como microunidades de reprodução do capital, são as células da economia capitalista” (Coraggio, 2000, p. 57).

quando observado o lugar da SENAES no conjunto das políticas públicas federais. Ela nunca chegou a ocupar um lugar central mais do que periférico nas políticas públicas para o trabalho, o que se traduziu em orçamentos reduzidos, pequenos quadros de servidores com consequente dificuldade de execução orçamentária e poucos avanços nas mudanças legislativas mais estruturais³². Francisco José Carvalho Mazzeu (2017) salienta a existência de uma maior interface das ações da SENAES com os Ministérios da área social (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Saúde e da Educação) em comparação com a pequena interação com as políticas econômicas e de desenvolvimento industrial. Mais uma vez, nos movimentos e interdependências da máquina pública, a lógica econômica alternativa parecia estreitar-se no sentido de amenização da pobreza, em detrimento de uma efetiva aposta por mudanças estruturais para além do modo de produção capitalista. Nesse sentido,

Diante de preconceções mais ou menos fechadas a respeito dos sentidos materiais e simbólicos das iniciativas existentes, as questões concretas da economia solidária não chegam, como sublinhou Cruz (2002: 25), a ter chance de um debate técnico e político que conte com os recursos necessários e com a mesma seriedade com que governos, universidades e sindicatos vem tratando as políticas para os setores de desenvolvimento capitalista que são “realmente levados a sério”, e dispõem de pesados investimentos em linhas de crédito, programas de exportação, incubadoras empresariais, centros tecnológicos etc. Mas o admirável é que a constatação de Cruz, feita há uma década, permaneceu atual mesmo com o novo patamar para a ES [Economia Solidária] que se esperaria alcançar sob um governo federal oriundo das esquerdas (Cunha, 2012, p. 427).

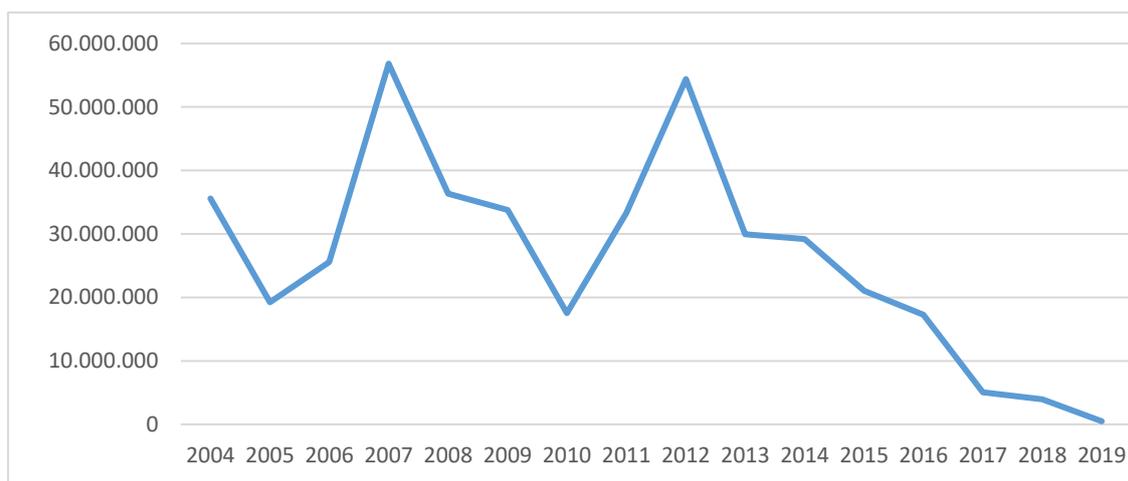
Ressaltamos, ainda, o simultâneo avanço, no mesmo período, do marco regulatório do microempredorismo individual³³ e do discurso do “empreendedorismo popular”, sem que parecessem preocupar o seu forte vínculo ideológico com a razão neoliberal. Já no início do primeiro mandato da Presidenta Dilma Rousseff, o governo federal encaminhou ao Congresso o Projeto de Lei 865 de 2011, que propunha a criação da “Secretaria da Micro e Pequena Empresa”, para a qual seriam deslocadas as atribuições da SENAES e o próprio Conselho Nacional de Economia Solidária. O projeto não vingou, sobretudo em razão da mobilização e pressão dos movimentos sociais, mas a sua simples formulação demonstra a perda do potencial crítico das políticas ainda nos governos petistas.

³² Projeto de Lei n. 4.685/2012, destinado a cuidar da “Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários” não conseguiu avançar. Em 2017, a despeito do golpe, chegou a ser aprovado na Câmara dos Deputados e seguiu para o Senado (onde tomou o número 137/2017), sem perspectivas de aprovação.

³³ A Lei Complementar n. 128/2008, promulgada durante o segundo mandato de Lula, disciplinou a figura do Microempreendedor Individual – MEI, que paulatinamente parece ganhar atenção das políticas públicas a partir de então. A novidade legislativa dava seguimento, na verdade, à estruturação jurídica voltada às microempresas e empresas de pequeno porte, que remonta já ao primeiro governo Lula, por meio da Lei Comp. n. 123/2006.

A dinâmica decrescente das políticas públicas de economia solidária no Brasil, desde a criação da SENAES até o presente, torna-se claramente visível por meio dos números orçamentários³⁴:

Figura 1: Políticas Públicas de Economia Solidária no Brasil: valores orçamentários efetivamente executados (2014-2019)



Elaboração própria. Fonte: Silva, 2018b (valores de 2004-2017, atualizados a dez. 2017); Santos, Bruno & Jannuzzi, 2019 (valores de 2018-2019, atualizados a jul. 2019).

Observe-se que a linha descendente do gráfico (que considera não a dotação orçamentária destinada à pasta, mas apenas os valores efetivamente executados), além de refletir a instabilidade na execução da política com um todo, apresenta, a partir do governo Dilma Rousseff (2011-2014; 2014-2016) uma queda consistente e irreversível.

Em minuciosa análise do processo de construção das políticas públicas de economia solidária no Brasil, Gabriela Cavalcanti Cunha acrescenta ao quadro que tento traçar um elemento que nos parece central: os entraves da relação entre movimentos sociais e a máquina estatal, montada sob uma lógica em si repulsiva da horizontalidade e do diálogo. A par do “gradual afastamento do lulismo em relação a pautas de movimentos sociais que haviam estado na base da construção do petismo” (2012, p. 427),

[...] o contexto mais amplo das relações Estado-sociedade nos anos Lula evidenciou vários dilemas de processos participativos que se esperava fortalecer muito mais, não só por conta das dificuldades para incorporá-los diante da lógica da democracia representativa tal como está consolidada (conduzindo ademais ao que tem sido percebido como “estatalização” dos movimentos sociais ao longo da era Lula, inclusive no caso do sindicalismo), mas também pelo centralismo persistente em boa parte das práticas da esquerda mais institucional. Para a ES [Economia Solidária] em particular, estes dilemas

³⁴ Para uma análise detalhada do tema, Silva, 2018b (dados de 2004 a 2017) e Santos, Bruno & Jannuzzi, 2019 (dados de 2018 e 2019).

revelaram-se com força nos desafios para construir outras formas de políticas que dessem conta das dinâmicas horizontalizadas e rizomáticas que caracterizam os arranjos de formas autogestionárias, sem, contudo, abrir mão de mecanismos hierárquicos de coordenação para organizar os debates estratégicos e ideológicos (2012, p. 430).

O paulatino esgarçamento da mobilização e sinergia populares que, no início do século, levaram um metalúrgico nordestino à presidência do país, pode ser aquilatado pelos fatos que se sucederam, sem que houvesse suficiente resistência dos movimentos sociais para intimidá-los. Em 2016, após o golpe parlamentar que levou Michel Temer à presidência, a SENAES foi imediatamente minada, sendo rebaixada a uma sub-secretaria. Com a eleição de Jair Bolsonaro, este movimento se completa com ares de tragédia: o próprio Ministério do Trabalho (de cuja estrutura a SENAES fazia parte) foi extinto e junto a ele vêm sucumbindo, a toque de caixa, direitos trabalhistas e previdenciários³⁵. A antiga SENAES foi diluída no Ministério da Cidadania, com parte de suas atividades sendo atribuída à uma secretaria voltada à “inclusão produtiva urbana”.

Infelizmente, enfim, sob diversos aspectos, as análises indicam não terem os governos petistas imposto maiores abalos à peculiar institucionalidade burguesa nacional, em sua dependência, colonialidade e crônica desigualdade³⁶. Os compromissos da estrutura estatal com o capital³⁷ mantiveram em movimento o avanço neoliberal, que agora se expressa em toda sua força.

4. Considerações finais

O capitalismo traz em si aspectos que põem em risco a própria humanidade – seja no que diz respeito ao seu meio ambiente, seja no atendimento das necessidades que lhe constituem de maneira mais fundamental (bem-estar, saúde, afeto, conforto). É um desafio cada vez mais premente produzir caminhos que levem a outras formas de viver e reproduzir a existência. Entendemos, contudo, que essa construção vem acontecendo

³⁵ Mencionem-se a ampla restrição/flexibilização sofrida pela legislação trabalhista brasileira (com a chamada “Reforma Trabalhista” implementada pela Lei n. 13.467/2017, ainda no Governo Temer), a reforma previdenciária em curso (Proposta de Emenda Constitucional n. 06/2019, a esta altura aprovada com folga pela Câmara dos Deputados e já seguindo para a apreciação do Senado brasileiro) e toda uma agressiva agenda pro capital anunciada pelo atual Presidente da República e sua equipe econômica.

³⁶ Como acentuam Raúl Zibechi e Decio Machado, se é possível reconhecer uma consistente redução da pobreza (certamente beneficiada por um período econômico favorável, impulsionado pela alta das commodities), o mesmo não pode se dizer da desigualdade, que se manteve em ascensão – “ainda que o Brasil tenha crescido de forma consistente durante esses anos, a metade do crescimento ficou nas mãos dos 5 por cento superior, e os 28 por cento foram apropriados pelo um por cento mais rico”, enquanto “apenas 10 por cento do crescimento foi para os mais pobres” (Zibechi & Machado, 2017, p. 109).

³⁷ Firmados publicamente, já em 2002, na conhecida Carta ao Povo Brasileiro (disponível em <http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/cartaaopovobrasileiro.pdf>), e que parecem, aliás, ter tornado possível a própria eleição de Lula. Santos complementa: “Uma vez empossado, o governo petista revelou-se fiel ao compromisso assumido, esposando todos os aspectos do ajuste neoliberal consolidado nas gestões anteriores: processos de liberalização, desregulamentação e privatização, estabilidade da moeda, Lei de Responsabilidade Fiscal, superávits primários, limite ao endividamento do setor público, flexibilização das relações de trabalho, redução e cortes de direitos adquiridos, entre outros” (2018, p. 88).

desde que o capitalismo começou a mostrar a sua face perversa. Para a América Latina ela se revelou muito prematuramente, o que teve e tem como resposta a secular e aguerrida resistência de suas classes populares, apesar de tudo. Elas resistem tecendo outras formas de existência, mesmo que lhes seja imposta, em desvantagem, a convivência com a lógica do capital.

É delas que devem partir, portanto, os que entendem, como nós, que à ciência também cumpre um papel nessa construção. Estas lutas não são o lugar da ausência, da *não-forma*, mas a *fôrma* que molda uma outra presente-futura forma de existir. Assim, faz parte do nosso trabalho entender, a partir da *práxis* mesma, como um grupo de pessoas resiste à total abstração do valor, exercita a autogestão, desafia a alienação no trabalho, por que decide fazê-lo, como procede, quais são suas dificuldades e como se relaciona com o seu entorno. E que tudo isto não se dá sem contradições e ambivalências, tendo como pano de fundo um colorido *abigarrado* que não cabe nas linhas retas e nas abstrações monocromáticas da ciência burguesa.

As lutas microscópicas, no entanto, guardam consonância com o contexto socioeconômico e político em que se inserem os trabalhadores e trabalhadoras, com as peculiaridades regionais e históricas, com a complexa rede de determinações que produzem a totalidade em que estão inseridos(as). A difícil dinâmica entre o potencial de mudança dessas experiências e o entorno que lhes molda, lhes retém, ou que lhes tira o domínio sobre as consequências ou os sentidos de suas ações revela-se claramente no percurso histórico da América Latina. O pensamento sociológico crítico não desconhece o desafio que as instituições representam para qualquer projeto de contestação à ordem capitalista. É o próprio Marx que se dá conta de que,

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas esta lhes forma transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos (2011, p. 25).

Partimos do pressuposto de que a realidade econômica circundante é fruto de um processo histórico produzido pelos seres humanos e, por isso, contingente, sempre passível de suplantação. O capitalismo não *é*, ele *está* (a nosso ver, cada dia pior). A indiferenciação do que Karl Polanyi chama de significados material e formal de economia (2012) compactua para essa ontologização das economias de mercado e sua racionalidade subjacente: por metonímia, toma-se como *todo* a ideia de economia como racionalidade empregada para as escolhas feitas diante da escassez (a ação racional utilitarista), perdendo-se o seu significado substantivo, “[...] que decorre da dependência que o ser humano tem da natureza e dos semelhantes para sobreviver”, quando diz respeito, antes de tudo, “ao seu intercâmbio com o meio natural e social, na medida em que isso resulta em fornecer os meios para satisfazer suas necessidades materiais” (Polanyi, 2012, p. 293). É oportuna, ainda, a compreensão polanyiana da economia como um *processo instituído*:

é *processo*, pois se produz e está em contínuo movimento e é instituído porque este movimento também produz algo de “unidade e estabilidade, estrutura e função, história e política” (Polanyi, 2012, p. 302).

A nosso ver, no entanto, o olhar que se põe sobre as lutas anti-capitalistas tem menosprezado essa processualidade. Parte-se, em geral, de um quadro de referência teórico e político que antepõe dois projetos estáticos de contestação, separados pelo tipo e ritmo da mudança pretendida por ambos e, em especial, pela forma como as lutas articulam-se com a institucionalidade que devem superar. Enquanto mantivermos de um lado os *reformistas*, e, de outro, os *revolucionários*, simplificaremos perigosamente a multiplicidade e as texturas de cada tempo e lugar históricos. A transformação desta realidade enfrenta problemas que não podem ser respondidos de forma peremptória e abstrata. Este tipo de resposta parece contaminada das mesmas premissas presentes na ordem que se quer combater: o essencialismo da razão científica instrumental, a competitividade egóica do *homo economicus*, o exercício vertical do poder, a prevalência do trabalho intelectual na divisão social do trabalho, a submissão da realidade a esquemas lógico-abstratos que, de regra, ignoram o ponto de vista da classe que vive do trabalho e a forma como suas batalhas diárias são travadas.

As políticas implementadas pela SENAES no Brasil, assim como muitas experiências comuns do progressismo latino-americano, devem ser lidas sob essa chave, para que se possa reconhecer seus avanços tanto quanto refletir sobre seus erros e fragilidades. É necessário reconhecer, inicialmente, que nelas tanto há marcas das lutas contra a subsunção do trabalho ao capital, quanto da força da forma-Estado, em sua capacidade de também criar abstração. Mas a simples inclusão no vocabulário político brasileiro de um léxico antes dele desconhecido, porque destinado a nomear formas de trabalhar que passavam invisíveis aos olhos do Estado, é um avanço de grandes dimensões (especialmente se consideramos os obstáculos que enfrentou) e proporciona, por si, uma posição mais avançada para as lutas que prosseguem sendo travadas.

O capital não foi capaz de submeter totalmente as vidas latino-americanas e é deste *resto*, cheio de *positividade* – mesmo que *abigarrada* – que pode nascer uma *outra* institucionalidade *comunitária*. A reflexão acadêmica acerca dessa realidade não faz sentido se dissociada do trabalho de explicitar, aos trabalhadores e trabalhadoras, a potência original e disruptiva do *comum* que produzem, evidenciando os horizontes de possibilidade e de luta por um outro modo de viver, tornando-os(as) mais preparados(as) para avaliar o preço das alianças que vale à pena serem feitas.

A história já nos demonstra suficientemente que as revoluções *desde arriba* trazem já em si o futuro melancólico da reprodução do passado. Mas ela também nos indica que o tamanho do desafio torna insuficiente o *desde abajo*, pondo em questão a própria verticalidade dos fluxos de poder. A produção política do *comum* desafia a

substituição do *vertical* pelo *horizontal*, o que dificilmente será possível sob a lógica institucional do estado burguês.

Referências

- Alves, D. B. Ernst Hasenclever em Gongo-Soco: exploração inglesa nas minas de ouro em Minas Gerais no século XIX. (2014) Rio de Janeiro: *História Ciências Saúde-Manguinhos* 21(1),118.
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702014000100281
- Antônio Filho, F. D. (2011) Sobre a palavra “sertão”: origens, significados e usos no Brasil (do ponto de vista da ciência geográfica). São Paulo: *Ciência Geográfica* XV (1).
- Antunes, R. (2011) *O continente do Labor*. São Paulo: Boitempo.
- Araújo, A. et al. (2017) A bibliometric analysis of the Scielo database: a Brazilian portfolio of the solidarity economy. Budapest: *Scientometrics* 112 (1), online.
- Argentina. Ministerio de Desarrollo Social de la Nación (MDS). (2003) *Plan Nacional de Desarrollo Local y Economía Social “Manos a la Obra”*.
http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-4420_pt.html
- Azzellini, D. (2010) El difícil camino hacia una economía solidaria, popular y socialista en Venezuela: de las cooperativas y la cogestión a la economía comunal y los consejos de trabajadores. Buenos Aires: *Otra Economía* IV (6), 134-151.
- Benjamin, W. (2005) Teses sobre o conceito de história. In: LÖWY, M. *Walter Benjamin: aviso de incêndio – uma leitura das teses “sobre o conceito de história”*. São Paulo: Boitempo.
- Bolivia. (2009). *Constitución Política del Estado Boliviano*. La Paz: Disponível em: <https://www.lexivox.org/norms/BO-CPE-20090207.pdf>
- Brandão, C. H. (1984) A participação da pesquisa no trabalho popular. In: Brandão, C. H. *Repensando a Pesquisa Participante* (pp. 223-252). São Paulo: Brasiliense.
- Campos, E. (2009) *O Processo de extinção da antiga feira livre de Feira de Santana e a construção do Centro de Abastecimento 1975-1976*.
<https://bahia3ucsal.wordpress.com/temas/a-extincao-da-antiga-feira-%E2%80%93-livre-de-feira-de-santana-%E2%80%93-no-centro-da-cidade-1975/>
- Campos, J. de C. (2000) *Terras de uso comum no Brasil: um estudo de suas diferentes formas*. Tese. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
- Clastres, P. (2017) *A sociedade contra o estado*. São Paulo: Ubu Editora.

- Coraggio, J. L. (2000) Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: Kraychete, G., Lara, F., & Costa, B. (Orgs.). *Economía dos setores populares: entre a realidade e a utopia* (pp. 91-141). Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE; UCSAL.
- Culti, M. N. (2007). Economía Solidária: Incubadoras universitárias e processo educativo. Rio de Janeiro: *Revista Proposta* 111, 16-22.
- Dardot, P., & Laval, C. (2016) *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.
- Dubuex, A. (2007) O papel das universidades na construção da economia solidária no Brasil. Rio de Janeiro: *Revista Proposta* 111, 5-15
- Ecuador. (2008) *Constitución de la República del Ecuador*. Disponível: <http://bivicce.corteconstitucional.gob.ec/site/php/level.php?lang=es&component=68>
- Escárzaga, F. et al. (coords.) (2014) *Movimiento indígena en América Latina: resistencia y transformación social v. III*. México, Universidad Autónoma Metropolitana, Instituto de Ciencias y Humanidades Alfonso Vélaz Pliego, Benemerita Universidad Autónoma de Puebla, Puebla de Zaragoza: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, Centro de Estudios Andinos y Mesoamericanos.
- Federici, S. (2017) *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante.
- Ferrari, A. V., Gaiger, L. I., & Schiochet, V. (2018) O estado da arte e a agenda de pesquisa em economia solidária no Brasil. Porto Alegre: *Revista Brasileira de Sociologia* 06 (12), 57-180.
- Freitas, N. B. (2014) O descoroamento da Princesa do Sertão: de “chão” a território, o “vazio” no processo da valorização do espaço. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação e Pesquisa – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe.
- Gago, V., Cielo, C., & Gachet, F. (orgs) (2018) Economía popular: entre la informalidade y la reproducción ampliada (dossier). Quito: *Íconos* 62. <https://revistas.flacsoandes.edu.ec/iconos/issue/view/169>
- Gutiérrez, R. Escárzaga, F. (coords.) (2005) *Movimiento indígena en América Latina: resistencia y proyecto alternativo*. México, Gobierno del Distrito Federal, Casa Juan Pablos, Benemerita Universidad Autónoma de Puebla, Universidad Nacional Autónoma de México, Universidad Autónoma de la Ciudad de México.
- Gutiérrez, R., & Escárzaga, F. (coords.) (2006) *Movimiento indígena en América Latina: resistencia y proyecto alternativo, v. II*. México, Casa Juan Pablos, Gobierno del Distrito Federal, Universidad Autónoma Metropolitana, Benemerita Universidad

Autónoma de Puebla, Diakonia, Centro de Investigación en Desarrollo-
Universidad Mayor de San Andrés, Universidad Pública de El Alto, Universidad
Nacional Autónoma de México.

- Hill, C. (1987) *O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Holanda, S. B. de. (1995) *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Holloway, John. (2006) *Contra y más allá del capital*. Buenos Aires: Herramienta; México: Universidad Autónoma de Puebla.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017) IBGE Cidades@. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>
- IEPS-UEFS – Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS. (2011) *Carta de Princípios*. Feira de Santana. <http://incubadorauefs.blogspot.com.br/p/carta-de-principios.html>
- Katz, Claudio. (2014) ¿Qué es el neo-desarrollismo? I – Una visión crítica. *La página de Claudio Katz. Textos de ciencias sociales*. <https://katz.lahaine.org/que-es-el-neodesarrollismo-i-una-vision-critica-economia/>
- Klein, N. (2007) *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Lechat, N. M. P. (2002) *As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil*. São Paulo: Escola de formação sindical. <http://www.itcp.usp.br/drupal/node/250>
- Linsalata, L. (2015) *Cuando manda la asamblea - lo comunitario-popular em Bolivia: una mirada desde los sistemas comunitarios de agua de Cochabamba*. Cochabamba: SOCEE- Autodeterminación; Fundación Abril. <https://archive.org/details/CuandoMandaLaAsambleaCompleto/page/n309>
- Linsalata, L., & Salazar, L. (orgs.) (2015) H. Común ¿Para qué? (dossier). Puebla: *El Apantle: Revista de Estudios comunitarios* 1. <https://horizontescomunitarios.files.wordpress.com/2017/01/elapantle.pdf>
- Machado da Silva, L. A. (1971) *Mercados metropolitanos de trabalho manual e marginalidade*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Marx, K. (2011). *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. (2017) *O Capital: crítica da economia política – livro I*. São Paulo: Boitempo.
- Mazzeu, F. J. C. (2017) Políticas públicas de apoio à economia solidária no Brasil: contribuições para um debate. Rio de Janeiro: *Mundo do trabalho contemporâneo* 1, 61-80.

- Motta, E. de S. M. G. (2010) *Trajetórias e transformações no mundo da economia solidária*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Navarro, M. L. (2012). Las luchas socioambientales en México como una expresión del antagonismo entre lo común y el despojo múltiple. Buenos Aires: *OSAL* 13(32), 150-70.
- Novaes, H. T., & Lima Filho, P. A. de. (2006) A filosofia da política cooperativista na Venezuela de Hugo Chávez: lições preliminares. Maringá: *Revista Espaço Acadêmico* 64. <https://web.archive.org/web/20100909195400/http://www.espacoacademico.com.br/064/64novaes.htm>
- Novaes, H. T., Serafim, M. P., & Dagnino, R. (2007) A filosofia da política pública para a promoção do cooperativismo na Argentina (2003-2007): lições preliminares. Maringá: *Revista Eletrônica Espaço Acadêmico*, 75.
- Nun, José. (1969) Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y massa marginal. Buenos aires: *Revista Latinoamericana de Sociología del Centro de Investigaciones Sociales del Instituto Torcuato* 5 (2). http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/7934/S7100908_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- Oliveira, F. (2008) Elegia para uma re(li)gião. In: Oliviera, F. Noiva da revolução. Elegia para uma re(li)gião (pp. 119-275). São Paulo: Boitempo.
- Pochmann, M. (2001) *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo.
- Polanyi, K. (2012) A economia como processo instituído. In: Polanyi, K. *A subsistência do homem e ensaios correlatos* (pp 293-329). Rio de Janeiro: Contraponto.
- Pratt, M. L. (1999) *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Ed. da EDUSC.
- Quijano, A. (1992) Colonialidad y Modernidad-Racionalidad. In: Bonilla, Heraclio (Org.). *Los conquistados: 1492 y la población indígena da las Américas* (pp. 437-447). Santafé de Bogotá, Colombia: Tercer Mundo; Quito, Ecuador: FLACSO: Libri Mundi.
- Quijano, Aníbal. (2013) El Trabajo. Ciudad de México: *Argumentos*, 26 (72), 145-163.
- Razeto, L. (1997) O papel central do trabalho e a Economia de Solidariedade. Rio de Janeiro: *Revista Proposta* 75, 91-99.
- Real Academia Española. (2018) *Diccionario de la lengua española*. <https://dle.rae.es/?w=diccionario>

- Ribeiro, J. C. (2009) Os outros nós da rede: a ideologia da preguiça e a superexploração do trabalho indígena. São Paulo: *Caderno Prudentino de Geografia*, 1 (31), 110-126.
- Santos, F. L. B. dos. (2018) *Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)*. São Paulo: Elefante.
- Santos, J. R. N. S. N. dos., Bruno, M. A. P., & Jannuzzi, P. de M. (2019) *Estado, orçamento público e políticas públicas de economia solidária no Brasil*. Grupos de Trabalho Trabalho e Economia Solidária do XVI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho. https://www.abet2019.sinteseeventos.com.br/simposio/view?ID_SIMPOSIO=19
- Santos, L. B. de O., & Henrique, W. (2012). Caracterização da evolução urbana e da situação urbana atual de Feira de Santana. In: *Anais do III Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia*, Ilhéus: UESC. <http://periodicos.uesb.br/index.php/ascmpa/article/view/3744/3428>>
- SENAES-MTE. (2013) Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. *Atlas Digital da Economia Solidária no Brasil*. <http://consulta.mte.gov.br/atlas/AtlasES.html>.
- Silva, Luiz Inácio Lula da. (2002) Carta ao Povo Brasileiro. São Paulo Fundação Perseu Abramo, Partido dos Trabalhadores: Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/cartaaopovobrasileiro.pdf>
- Silva, S. P. (2018a) *O campo de pesquisa da Economia Solidária no Brasil: abordagens metodológicas e dimensões analíticas*. Texto para discussão. Brasília/ Rio de Janeiro: Ipea.
- Silva, S. P. (2008b) *A política de economia solidária no ciclo orçamentário nacional (2004-2018): inserção, expansão e crise de paradigma*. Texto para Discussão n. 2434. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.
- Singer, P. (2002) *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Perseu Abramo.
- Tapia Mealla, L. (2002) *La producción del conocimiento local: historia y política en la obra de René Zavaleta*. La Paz: CIDES-UMSA, Muela del Diablo Editores. <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Bolivia/cidesumsa/20120906015335/tapia.pdf>
- Thompson, E. P. (1984) *Tradicón, Revuelta y Consciencia de Clase*. Barcelona: Editorial Crítica.
- Wallerstein, I. (1974) *The Modern World System*. New York: Academic Press.
- Zibechi, R., & Machado, D. (2017) *Os limites do progressismo: sobre a impossibilidade de mudar o mundo de cima para baixo*. Rio de Janeiro: Consequência.